

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral



DOSSIÊ: OPINIÃO PÚBLICA E PARTIDOS POLÍTICOS

Mathieu Turgeon

Emerson Urizzi Cervi

Vitor Amorim de Angelo

Jairo Pimentel



OPINIÃO

Eduardo Zauli

Francisco Meira

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 1, n. 3, Novembro de 2009 ISSN 2176-4883

PARTIDOS, OPINIÃO PÚBLICA E COMPETIÇÃO ELEITORAL

Parties, Public Opinion and Electoral Competition

Emerson Urizzi Cervi

Universidade Federal do Paraná - UFPR

✉ eucervi@ufpr.br

A discussão sobre o papel dos partidos políticos na organização das preferências eleitorais é tema permanente na literatura sobre processos eleitorais. As principais posições podem ser resumidas entre “céticos”, que não acreditam na manutenção dos partidos como instituições políticas capazes de organizar a arena eleitoral; e “realistas”, que defendem que apenas os partidos que se adaptarem às novas condições de disputa – principalmente na profissionalização da representação – conseguirão se manter no “mercado” de representação política. Tais posições surgem após a identificação de indicadores empíricos que apontam para um maior distanciamento entre o eleitor e os partidos políticos, tais como a redução nos percentuais de eleitores que indicam ter simpatia ou preferência por partido político nas democracias consolidadas; menor participação e apoio explícito a atividades organizadas por lideranças partidárias; e redução na participação em eleições em países onde o voto não é obrigatório. A questão que se coloca é saber se esses indicadores representam mesmo um afastamento da capacidade dos partidos políticos em organizarem a arena eleitoral ou se aponta para novas formas de relação entre eleitor e líderes partidários.

Este ensaio tem o objetivo de indicar as limitações das conclusões sobre o enfraquecimento dos partidos políticos na arena eleitoral a partir da verificação de dados desagregados de pesquisas de opinião pública. A questão não é saber se o percentual de indivíduos que diz ter preferência ou simpatia por algum partido político está crescendo ou diminuindo, mas se existe algum indício de que os partidos conseguem organizar o debate e, principalmente, o resultado final das disputas

eleitorais. A hipótese aqui é de que a explicação sobre o papel dos partidos políticos na arena eleitoral só pode ser dada a partir da análise de dados agregados e não individuais, tais como as expressas por eleitores em pesquisas de opinião pública. Em outras palavras, se o eleitor individual possui preferência por algum partido político, isso pode ter um impacto muito pequeno na organização do debate eleitoral. O que importa de fato é se o agregado de votos apresenta alguma consistência ao longo do tempo e entre disputas de diferentes abrangências. Havendo manutenção no desempenho eleitoral dos partidos ao longo do tempo, isso pode ser considerado um indicador da capacidade de organização do sistema por parte dos partidos. Para testar essa hipótese são usados resultados eleitorais de um sistema de votação proporcional – para deputado federal. São consideradas informações sobre as votações totais dos partidos e os percentuais de candidatos que cada sigla conseguiu eleger nas eleições disputadas na última década. Se os modelos mostrarem-se consistentes ao longo do tempo, ou seja, se os resultados dos partidos em uma eleição apresentarem algum grau de determinação com a disputa posterior pode-se considerar que do ponto de vista agregado os partidos políticos têm alguma capacidade de organização do processo. Caso contrário, as variações de desempenho entre duas disputas seriam maiores e a relação entre elas baixa.

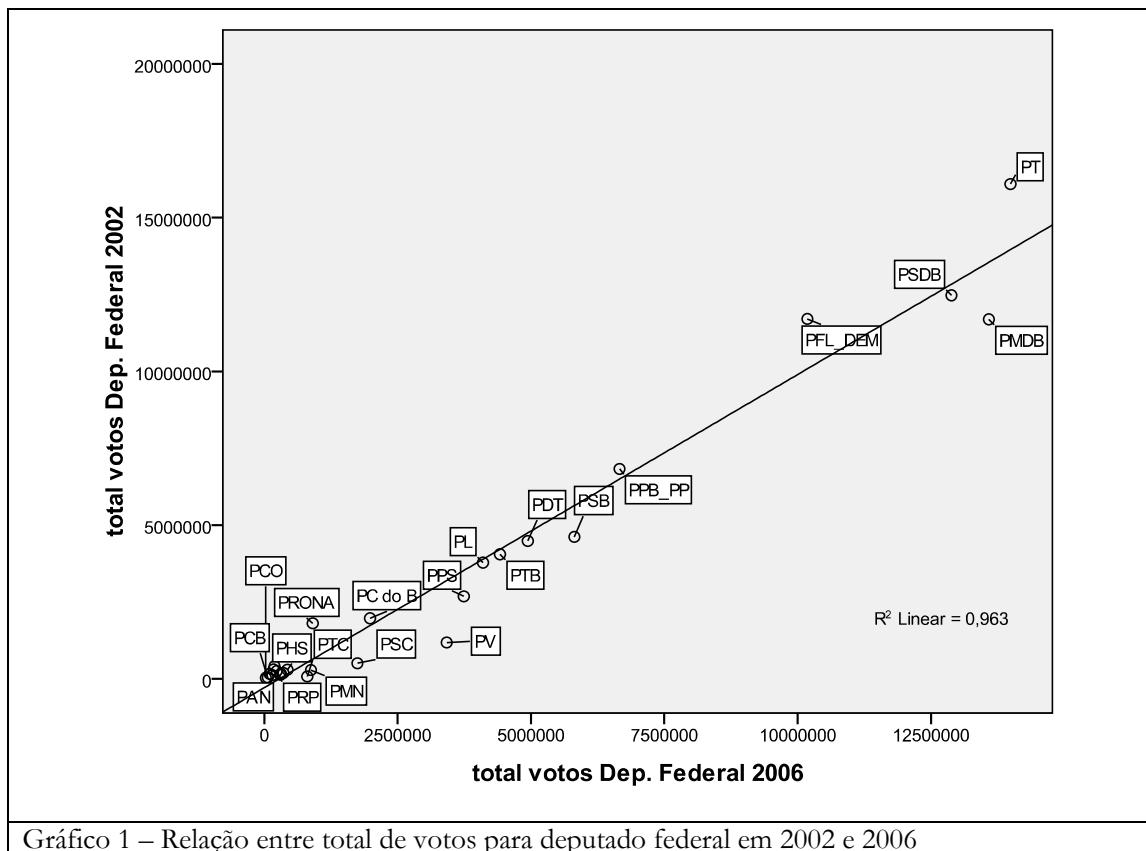
Quando em sociedade, os indivíduos tendem a manter opiniões próprias coerentes com as opiniões gerais dos grupos a que pertencem ou, ainda, com as opiniões gerais mais aceitas socialmente (NOELLE-NEUMAN, 1995). Para tanto, no caso de processos eleitorais, os eleitores selecionam informações e mensagens que recebem, dando atenção ao que concordam e privando-se do que discordam. Assim, os eleitores percebem atitudes similares em outros integrantes de seu grupo (CORREA, 1990), o que lhes dá maior segurança em relação ao “acerto” individual na decisão tomada.

Aspectos sociais e subjetivos que ajudam a construir a decisão do voto são condições necessárias para o surgimento de um eleitor “disponível” que exerce papel ativo no processo eleitoral ao reagir (positiva ou negativamente) a apelos dos candidatos. Nesse sentido, Manin (1995) lembra que na democracia de público o candidato tem que estar constantemente adaptando seu discurso e estratégias às demandas do eleitorado. Ainda que no decorrer de uma campanha eleitoral dê-se a identificação entre eleitor e candidato, não há uma submissão total, com o eleitor ficando disponível para sensibilizar-se aos apelos de outros candidatos na disputa. Assim, as imagens construídas antes e durante campanhas eleitorais passam a ser decisivas para a decisão do voto, visto que o eleitor é autônomo, volátil e infiel às opções políticas ofertadas no “mercado” eleitoral. Quanto mais claras estas opções, melhores as condições para decisão racional. No entanto, isso não significa que o

debate democrático passará a ser caótico e sem direção porque o eleitor ganha autonomia.

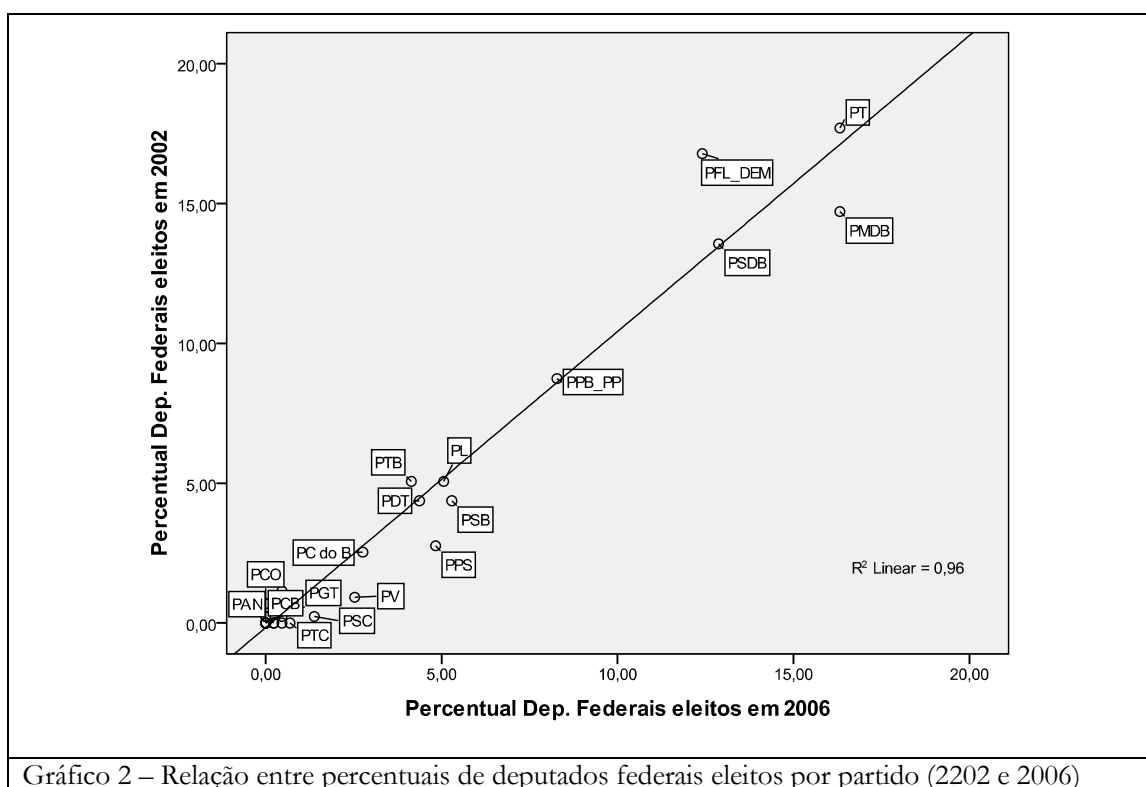
Aplicando a discussão às condições específicas das eleições brasileiras para deputado federal, é possível perceber que até mesmo as organizações políticas – que deveriam favorecer o voto normal – estimulam o comportamento político influenciado por fatores de curto prazo, pois as regras eleitorais e os baixos níveis de fidelidade partidária da elite política levam a permanente reconfiguração dos cenários eleitorais.

O gráfico 1, a seguir, mostra a relação entre o total de votos obtidos pelos partidos políticos para Câmara Federal nas duas últimas eleições (2002 e 2006). O coeficiente de determinação (r^2), que indica o quanto o modelo é consistente, apresenta-se bastante alto, em 96,3% de determinação. Ou seja, considerando apenas a relação bivariada, a votação obtida em 2006 pelos partidos políticos apresenta uma alta “memória” do desempenho da disputa anterior, 2002. Todos os partidos políticos que apresentaram candidatos para aquela disputa ficaram em torno da linha de regressão, com poucos desvios. Do ponto de vista agregado, pode-se dizer que os partidos conseguiram repetir seus desempenhos entre as duas disputas, mesmo que os eleitores individuais não tenham mantido suas preferências.

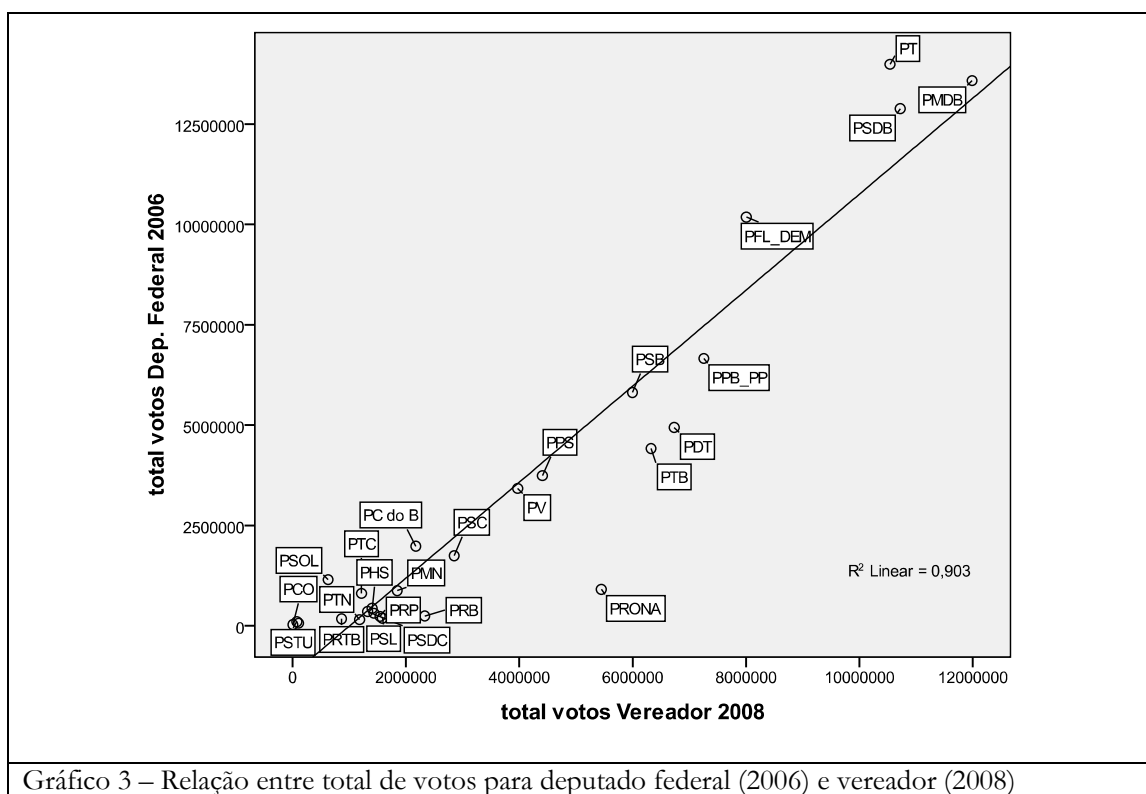


A forte relação entre os desempenhos agregados eleitorais dos partidos políticos entre duas eleições é insuficiente para indicar estabilidade do sistema de representação. Embora ela demonstre que os partidos tendem a se identificar como representantes de determinados segmentos e políticos entre duas disputas, não é possível saber se os eleitores que votaram em candidatos de determinado partido mantiveram-se fieis à sigla na disputa seguinte ou se eles foram todos substituídos por “novos” simpatizantes. O importante aqui é que no geral as siglas tendem a manter suas capacidades representativas, apesar das constantes críticas à infidelidade partidária da elite política.

Para verificar se a capacidade dos partidos em eleger representantes para a câmara federal se alterou entre as duas disputas em análise, o gráfico 2 apresenta a relação entre os desempenhos de 2002 e 2006 das siglas quanto aos percentuais de parlamentares eleitos entre o total de candidatos apresentados por partido. O resultado do modelo continua consistente, com coeficiente de determinação (r^2) de 96,0%, demonstrando uma manutenção entre os percentuais de deputados eleitos nas eleições de 2002 e 2006. O gráfico mostra a distribuição dos partidos em pelo menos três grupos. No primeiro, com eleição em torno de 15% dos candidatos nas duas disputas, encontram-se PT, DEM, PMDB e PSDB. Logo abaixo, com cerca de 10% dos candidatos eleitos, está o PP. O terceiro grupo, que gira em torno de 5% de candidatos eleitos, é formado por PDT, PTB, PSB e PL (atualmente PRB). Por fim, os demais partidos do sistema agregam-se em torno de 2% de candidatos eleitos nas duas disputas.



Os resultados mostram que os partidos políticos além de conseguirem manter votações relativas muito próximas entre as duas disputas em análise, também apresentaram consistência na manutenção dos percentuais de eleitos. O próximo gráfico aponta a relação entre as votações obtidas pelos partidos políticos brasileiros em duas disputas distintas para continuar testando a consistência entre as votações em disputas diferentes. A comparação se dá entre os totais de votos obtidos para deputado federal em 2006 e para vereador em 2008. Com isso, pretende-se verificar a capacidade de “organização” da arena eleitoral em diferentes abrangências e lógicas de escolha do eleitor (nacional e local). Como as duas disputas são proporcionais e para casas legislativas, é possível fazer a comparação direta entre o volume total de votos obtidos no território nacional nas duas disputas. O coeficiente de determinação (r^2) apresenta-se um pouco abaixo dos modelos anteriores, mas ainda assim bastante alto, em 90,3% de capacidade explicativa. Isso permite afirmar que há uma relação entre o desempenho agregado de votos dos partidos na disputa para a câmara federal e para as câmaras municipais em 2006 e 2008.



Outra informação que pode ser extraída do gráfico 3 é a separação entre partidos que tiveram melhor desempenho em disputas nacional (ficaram acima da reta de regressão) e que tiveram melhor desempenho nas eleições municipais (abaixo da reta de regressão). O PT, PMDB, PSDB e DEM fizeram mais votos para deputado federal em 2006 do que para vereador em 2008. Portanto, esses partidos mostraram maior força eleitoral na disputa parlamentar nacional do que nas eleições municipais.

Já o PP, PDT, PTB e Prona tiveram melhor desempenho nas disputas municipais de 2008 do que na nacional de 2006. A sigla que apresenta a maior diferença entre as duas disputas é o então Prona, que obteve quase 600 mil votos nas disputas para vereador e menos de 100 mil votos na eleição para deputado federal dois anos antes. Excetuando esse caso, todos os demais partidos apresentaram desempenhos similares entre as duas disputas incluídas no modelo.

Embora o sistema eleitoral brasileiro estimule a atuação personalizada e não partidária, em especial nas disputas proporcionais, os resultados das eleições nacionais e municipais mais recentes indicam uma estabilidade no sistema de representação. Ainda que o eleitor mostre-se cada vez mais descrente nos partidos políticos, segundo o que apontam as pesquisas de opinião pública, ele consegue identificar uma função dos partidos nas eleições e posiciona-se a respeito dela a cada disputa. Não se trata de considerar que a opinião pública se comporta consistentemente do ponto de vista ideológico ou que exista manutenção das preferências partidárias ao longo do tempo. Defender essas premissas é manter o erro de julgar comportamentos individuais a partir de informações agregadas. As séries temporais de resultados das eleições mostram que os partidos se posicionam no espaço eleitoral de maneira consistente. Há uma forte relação no desempenho dos partidos políticos entre distintas eleições e tudo indica que em 2010 tenderemos a ter resultados muito semelhantes com os de 2006.

Se a opinião pública diz não confiar nos partidos políticos ou se indica uma queda nos percentuais de preferência partidária, isso não necessariamente significa o “fim dos partidos políticos”. É possível que as pesquisas de opinião não apresentem as perguntas adequadas para medir comportamentos políticos agregados. A estabilidade ao longo do tempo nos resultados eleitorais não significa que o eleitor individual apresente manutenção de preferências ou que seja ideológico. Significa que embora eleitores apresentem volatilidade individual quanto às escolhas partidárias, no agregado do eleitorado há uma manutenção das posições em relação às preferências políticas. Se considerarmos o voto como uma cristalização da opinião pública, os resultados agregados das eleições mostram que os eleitores posicionam-se em relação às siglas de maneira consistente entre duas eleições diferentes (deputado federal - 2002 e 2006) e entre eleições com distintas abrangências (deputado federal - 2006 e vereador - 2008), como apresentado acima.

Bibliografia:

- CORREA, T. G. Contato imediato com a opinião pública. *Os bastidores da ação política*. Porto Alegre: editora G, 1990.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n. 29 out., p. 5-34, 1995.
- NOELLE-NEUMAN, E. *La espiral del silencio. Opinión Pública: nuestra piel social*. Barcelona: Edicionaes Paiós Ibérica, 1995.